

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

**INTERAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UM ESTUDO DE CASO EM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA
UNIVERSITÁRIA DA FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS**

**ELON FERREIRA DA SILVA
JHÉSSYCKA NATTASHA DE OLIVEIRA FRANCO
RICARDO LUIS FONSECA
VALESCA HILBERT**

**ANÁPOLIS
2015**

**ELON FERREIRA DA SILVA
JHÉSSYCKA NATTASHA
RICARDO LUIS FONSECA
VALESCA HILBERT**

**INTERAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UM ESTUDO DE CASO EM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA
UNIVERSITÁRIA DA FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS**

Artigo apresentado à coordenação da Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária, sob orientação da prof^a. Ma. Allyne Chaveiro Farinha.

ANÁPOLIS
2015

**ELON FERREIRA DA SILVA
JHÉSSYCKA NATTASHA
RICARDO LUIZ FONSECA
VALESCA HILBERT**

INTERAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO EM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS

Artigo apresentado à coordenação do Curso de Especialização em Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Anápolis, 28 de março de 2015.

APROVADA EM: 28 / 03 /2015 NOTA 100,00

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. MS Allyne Chaveiro Farinha
Orientadora

Prof^a. Esp. Aracelly R. Loures Rangel
Avaliadora convidada

Prof^a. MS Maria Inácia Lopes
Avaliadora convidada

INTERAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO EM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA DA FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS

Elon Ferreira da Silva ¹
Jhéssycka Nattasha ²
Ricardo Luiz Fonseca ³
Valesca Hilbert Prazeres ⁴
Allyne Chaveiro Farinha ⁵

RESUMO: A inclusão é um processo que se expande na educação brasileira, mas é uma realidade ainda não alcançada, no âmbito do Ensino Superior fica muito aquém do necessário. Nesse sentido, investigou-se neste estudo os desafios enfrentados no ambiente acadêmico por alunos que sofrem surdez, tais como a dificuldade de encontrar profissionais efetivos com conhecimento de LIBRAS, e pouco investimento em Tecnologia Assistiva (T.A.). Para tanto, foram aplicados questionários em uma turma de Docência Universitária da Faculdade Católica de Anápolis que possuía três alunos surdos, a fim de também identificar a percepção que os alunos ditos “normais” possuíam da educação inclusiva.

Palavras-chave: Surdos na Universidade; Tecnologia Assistiva; Interprete de LIBRAS; Inclusão Digital; O professor e o Surdo.

¹ Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Faculdade Latino Americano – Anápolis, Goiás - elonfsilva@gmail.com.br

² Graduada em Design Gráfico UniEvangélica – Anápolis-GO jhessyckafrancooo@gmail.com

³ Graduado em Gestão Financeira UniEvangélica - Anápolis-GO - ricardolf82@gmail.com

⁴ Graduada em Letras-LIBRAS pela Universidade Federal de Santa Catarina – Instituto Federal de Goiás – IFG no Polo de Goiânia, Goiás - valesca.hilbert@gmail.com

⁵ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás- allyne_ch@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Inclusão social: um fenômeno antropológico que pretende socializar surdos, cegos, cadeirantes entre outras pessoas com deficiências físicas e/ou mentais. Na teoria, trata-se de uma empreitada louvável corroborada por inúmeros documentos legais, inclusive a Constituição Federal do Brasil, que prevê a “igualdade de todos perante a lei”. Mas, na prática, as Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) são, muitas vezes, tratadas com preconceito até mesmo por familiares. Atualmente, as empresas, tanto públicas quanto privadas, são obrigadas a reservar certo número de vagas para PNEs, entretanto, a inclusão social deve começar na família e na escola para que a inserção no mundo do trabalho seja viável.

Especificamente em relação a pessoas surdas, total ou parcialmente, já foram submetidas outrora a desumanas intervenções. Segundo Moura (2000), durante muito tempo, os surdos foram considerados loucos, sendo submetidos inclusive ao encarceramento. Na antiguidade chinesa, os surdos eram lançados ao mar. Os gauleses faziam sacrifícios de surdos aos deuses. Em Esparta, jogavam-se os surdos do alto dos rochedos e, em Atenas, abandonavam-nos nas florestas. Gregos e romanos consideravam os surdos como incapazes de qualquer desenvolvimento intelectual e moral.

Felizmente, superou-se a dicotomização de procedimentos que previa a superação da deficiência ou a exclusão do convívio social. Atualmente, disseminam-se cosmovisões em que se valorizam as heterogeneidades, as inteligências múltiplas, que permitem a um amputado, por exemplo, pintar segurando o pincel com a boca, a um cego participar de uma maratona com auxílio de um guia, a um cadeirante jogar basquete. O surdo também está apto a diversas atividades físicas e intelectuais e, a partir da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), potencializa-se sua habilidade interativa linguística, inclusive com ouvintes que se disponham a também aprender a língua dos surdos.

Com essa mudança de concepção sociológica em relação ao deficiente auditivo, pesquisas se multiplicam no sentido de favorecer o processo de inclusão social dessa PNE nos mais diversos grupos sociais, entre eles, a escola. Percebe-se por parte do poder público alguns investimentos, ainda insuficientes, nessa área, entretanto, não se trata de um processo monofocal. Além da criação de escolas para surdos, onde eles possam aprender libras, bem como da contratação de intérpretes

para viabilizar a inclusão do surdo no ensino regular, faz-se necessária uma popularização da língua libras a fim de ampliar a interação entre surdos e ouvintes.

Em se tratando do ingresso e permanência do deficiente auditivo no Ensino Superior, houve um aumento do número de matrículas, porém a situação ainda está aquém do ideal. Busca-se, nesse artigo, investigar como se dá a empatia dos ouvintes, alunos do curso de especialização em docência universitária, ofertado por uma Instituição de Ensino Superior de Anápolis em 2014, em relação a três surdos, discentes neste mesmo curso. A propósito, vale informar que o grupo realizador dessa pesquisa compõe-se desses três deficientes auditivos e um ouvinte, interação também conflitante haja vista que os surdos não utilizam a língua portuguesa escrita com proficiência e o ouvinte também não domina a Língua Brasileira de Sinais. Desse modo, houve também uma espécie de metapesquisa, não registrada, paralela à pesquisa com outros 26 ouvintes, matriculados no curso.

Analisaram-se, portanto, como se dá a interação entre surdos e ouvintes no ambiente acadêmico a partir do estudo de caso mencionado. Além da interação humana, face a face, incluem-se na pesquisa referências ao desenvolvimento de Tecnologias Assistivas que facilitem a interação linguística entre surdos e ouvintes, bem como entre ouvintes e surdos no contexto educacional. Assim como os falantes de línguas diversas se comunicam, também os deficientes auditivos podem se comunicar com pessoas cuja primeira língua não seja libras.

Sequencialmente, mencionam-se, neste trabalho, pontos de vista ligados à noção de deficiência, diferenciam-se os conceitos de “integração” e “inclusão”, apresenta-se um posicionamento histórico do ouvinte em relação ao surdo, investiga-se, na atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96), uma possível alusão ao deficiente auditivo no Ensino Superior, descrevem-se algumas tecnologias assistivas para surdos, reflete-se sobre a inclusão de surdos no Ensino Superior e, finalmente, apresentam-se as impressões dos 26 ouvintes, pesquisados a partir de questionário de múltipla escolha, sobre a interação entre surdo e ouvinte, bem como entre ouvinte e surdo no convívio social.

1 DEFICIÊNCIA: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

Na atualidade, muito se discute acerca da nomenclatura “deficiência” e todos os significantes que existem por detrás do adjetivo “deficiente” propriamente dito.

Mas o que é deficiência? Por um longo período de tempo, na Constituição Brasileira, o termo “portador” era utilizado para apresentar a pessoa que tinha limitações físicas ou psicológicas. Este termo, abolido, indicava algo que o indivíduo transportava, “carregava”, então ele poderia deixá-lo?

Outro termo consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e refere-se à “PNE- Pessoa com necessidades especiais”, que traz junto a si a percepção de que determinado sujeito requer algum tipo de adaptação externa, física ou não, para se desenvolver. As diferentes classificações acerca da “pessoa com deficiência”, termo atualmente aceito, surgem das reformulações da Classificação Internacional de Doenças(CID) a partir de 1948. Trata-se de um documento que especifica cada patologia, ressaltado suas características e possíveis meios de intervenção e manejo técnico. Em 1976, na IX Assembleia da Organização Mundial da Saúde, o conceito de deficiência passa a ser:

Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão (AMIRALIAN 2000, pág.98).

Tal classificação conceitua, além das deficiências, as incapacidades e desvantagens, ressaltando as consequências de cada grupo de deficiências. Estabelece-se assim, um modelo para classificação. Os autores apresentam os seguintes conceitos de “incapacidade” e “desvantagem”:

Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária. [...] Desvantagem: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência. (AMIRALIAN et. al. 2000 pág. 98).

Quadro 01: Distinção semântica entre os conceitos.

Deficiência	Incapacidade	Desvantagem
Da linguagem	De falar	Na orientação
Da audição (sensorial)	De ouvir (de comunicação)	
Da visão	De ver	

Músculo-esquelética (física) De órgãos (orgânica)	De andar (de locomoção) De assegurar a subsistência no lar De realizar a higiene pessoal De se vestir (cuidado pessoal) De se alimentar	Na independência física Na mobilidade (posição do corpo e destreza) Nas atividades da vida diária
Intelectual (mental) Psicológica	De aprender De perceber (aptidões particulares) De memorizar De relacionar-se (comportamento) De ter consciência	Na capacidade ocupacional Na integração social

Fonte: Amiralian 2000

Nota-se que, conforme a CIDID⁶, diferenciou-se detalhadamente deficiências, incapacidades e desvantagens. Essa classificação ajuda os não deficientes a terem uma melhor compreensão das necessidades do meio físico e social dos deficientes. Desse modo, nas situações do dia a dia, todos podem cooperar para uma efetiva inclusão social entre deficientes e não deficientes.

2. INCLUSÃO SUPERANDO INTEGRAÇÃO

“Deficiente” é um termo que, em geral, não importando a cultura, remete ao imperfeito e o não normal. Durante toda a época medieval, as deformidades físicas e mentais eram passíveis de punição humana, desde açoites até a fogueira da inquisição. Na “modernidade social”, ainda vemos esta segregação, quando nos deparamos com projetos de integração, não de inclusão, forçando o indivíduo a aceitar a sua exclusão social, para “fazer parte” deste meio.

Essa visão de inclusão opõe-se, segundo Sassaki (1997), ao conceito de integração. Para esse autor, a integração seria um esforço unilateral da pessoa com deficiência em se tornar mais aceitável à sociedade. Essa prática poderia ocorrer de várias formas, entre elas:

- Simplesmente inserir a pessoa com deficiência em determinados espaços físicos e sociais, sem nenhuma modificação por parte da sociedade.
- Inserir a pessoa com deficiência em espaços segregados dentro do contexto geral. As classes especiais dentro de uma escola regular, por exemplo.

A “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”, realizado em Salamanca, teve como objetivo:

⁶ Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças, publicado em 1989.

Promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades especiais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5).

Fletcher (1996, apud SASSAKI, 1997) ressalta ainda que incluir significa focalizar nos ambientes e barreiras incapacitantes e não nas pessoas com deficiência. Os conceitos de inclusão, exclusão, segregação e integração, nos levam a refletir sobre como a própria sociedade causa incapacidades no desenvolvimento dos sujeitos, visto sua própria dificuldade em se reformular, transferindo para os indivíduos a responsabilidade de “se incluir”. Tal situação pode ser observada na imagem abaixo:

Figura 01: Inclusão social de verdade.



Fonte: Goulart, 2014

Para incluir é preciso não apenas integrar, mas revisar nossos discutíveis padrões de normalidade, os restritivos ambientes que dispomos, as políticas discriminatórias ainda vigentes, entre outras questões que já nos parecem tão habituais. Tratamos aqui de transformações de cunho ambiental, atitudinal e ideológica.

3 OS DEFICIENTES AO LONGO DA HISTÓRIA

A história da população com deficiência foi marcada por cicatrizes, geradas pela exclusão e segregação social. Na antiguidade, as pessoas deficientes com limitações e necessidades diferenciadas (surdos, cegos, deficientes mentais, deficientes físicos, órfãos, doentes, idosos, entre outros) eram abandonadas, rejeitadas, alguns eram aproveitados como diversão como bobos da corte ou palhaços. Com isso pensavam que eram amaldiçoados pelos Deuses. (BRASIL 2005, p. 6-12)

Na Idade Média, pouco se alterou. Nesse período, as pessoas que possuíam alguma deficiência eram vistas como incapazes e as malformações congênitas eram consideradas como sinais da ira divina, como castigo de Deus. E a própria Igreja Católica adotava comportamentos discriminatórios e de perseguição, substituindo a caridade pela rejeição daqueles que fugiam de um padrão de normalidade, pelo aspecto físico ou por defenderem crenças alternativas em particular no período da Inquisição nos séculos XI e XII. (BRASIL 2005, p. 6-12)

No século XVI, o século do Renascimento, a questão das pessoas com deficiência estava completamente integrada ao contexto de pobreza e marginalidade que se encontrava grande parte da população, não só os deficientes. As referências gerais desta época situavam as pessoas com deformidades físicas, sensoriais ou mentais na camada de excluídos, pobres, mendigos ou enfermos.

O Renascimento, que não se restringiu apenas à arte e à cultura geral, ao valorizar a razão, estimulou o desenvolvimento da ciência de maneira geral e a medicina também se fortalece. Nota-se que, com o desenvolvimento da medicina, impõe-se um novo olhar sobre a deficiência. Surge a tese da organicidade a qual defende que as deficiências são causadas por fatores naturais e não por fatores espirituais, transcendentais. Desta forma, ampliou-se a compreensão da deficiência como processo natural. Tendo uma nova visão sobre o que é deficiência, um grande passo é dado, com a construção de conventos e asilos, seguidos pelos hospitais psiquiátricos, mas, ainda, segregando as pessoas deficientes do convívio social. (BRASIL 2005, p. 6-12)

Nota-se que, somente no século XX, surge um olhar social para a pessoa deficiente. Com base na ideologia da normalização, percebe-se que a pessoa com deficiência possui também direitos e deveres na sociedade e, como cidadã, deve ser

inserida no meio educacional e trabalhista. Cabe ressaltar que essa mudança de visão foi fruto de intensos debates e especialmente da luta das pessoas com deficiência contra a exclusão. No Brasil, os debates acerca da segregação educacional iniciaram-se na década de 1960, culminando, em 1978, com a criação de uma emenda à Constituição que trata do direito da pessoa com deficiência, assegurando-lhe a melhoria de sua condição social e econômica, prioritariamente mediante educação especial e gratuita (BRASIL 2005, p. 6-12)

Nas décadas de 80 e 90, realizaram-se vários Congressos Mundiais de Educação defendendo a inclusão. É importante ressaltar que, em 1985, a Assembleia Geral da ONU recomenda o ensino de pessoas deficientes no sistema regular. A Constituição Federal de 1988 garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 1990, as discussões em nível mundial referentes à educação das pessoas com necessidades especiais tomam uma dimensão maior. No Brasil, ressalta-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.393/96) que, em seu Capítulo V, aponta que a educação dos portadores de necessidades especiais deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino, o que implica uma nova forma de entender a educação de integração dessas pessoas.

Em 1994, por meio da assinatura da Declaração de Salamanca, elevam-se as escolas a um patamar de suma importância no combate à discriminação, instituindo-as como escolas regulares inclusivas. Aproximadamente 80 países, chegaram a este consenso. Neste contexto, a escola desempenha um papel de grande relevância na inclusão do deficiente na sociedade (BRASIL 2005, p. 6-12).

A trajetória histórica revela que a pessoa portadora de deficiência sempre viveu à margem, excluída da sociedade. Atualmente, são inúmeras as leis que buscam regulamentar os direitos das pessoas portadoras de deficiência, porém ainda não são aplicadas efetivamente.

No século XXI, o processo de integração social de deficientes pretende coibir a exclusão social dessas pessoas, evidenciada durante séculos anteriores, quando elas eram marginalizadas, impedidas de realizar qualquer atividade, seja escolar ou profissional. Assim, supera-se um período histórico da humanidade, ao menos na cultura da qual fazemos parte, em que os deficientes eram considerados incapazes de estudar ou trabalhar.

4 A LDB 9394/96 E OS DEFICIENTES

A legislação brasileira rege que todos têm direito à educação de qualidade; mas, no que se refere ao Ensino Superior, especificamente para os deficientes, fica a desejar sem um respaldo satisfatório do Estado. Na Lei de Diretrizes e Bases em vigor, cap.V, intitulado *Da Educação Especial*, é garantido às Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) o direito ao trabalho:

[...] educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os **órgãos oficiais afins**⁷, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (LEI nº. 9.394/96, art. 59, inciso IV) [grifo nosso]

Entretanto, não se referencia, nesse documento, o direito à inserção e permanência desses discentes no Ensino Superior, formação necessária para a competitividade no mundo do trabalho. No capítulo IV, intitulado *Da Educação Superior*, menciona-se indiretamente um tratamento diferenciado ao superdotados, mas em nenhum momento são citadas as pessoas com limitações físicas e/ou cognitivas:

Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino (LEI nº. 9.394/96, art. 47, § 2º).

A LDB não é muito clara no que se refere ao nível de ensino em que os deficientes serão assistidos. É o que se observa no artigo 59, em que se afirma que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais”:

[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Lei nº. 9.394/96, art. 59, inciso III)

Pode-se observar que, na LDB, atribuem-se, entre outros, o direito a professores especializados a “educandos com necessidades especiais”, entretanto não se especifica a extensão dessa lei, ou seja, não se mencionam especificamente direitos dos discentes do Ensino Superior com necessidades especiais. Assim,

⁷ O documento em questão não delimita que órgãos seriam responsáveis por este segmento discente.

percebe-se uma contradição legal: chega a ser demagógica a previsão de cotas para PNE em concursos públicos em um país sem uma política pública eficiente para a inclusão desse segmento escolar no Ensino Superior, bem como em cursos técnicos e tecnológicos.

5 FERRAMENTAS DIGITAIS PARA SURDOS

“O conhecimento é um dos maiores valores humanos”, já era o pensamento da IBM em 1978 (Veja,1980. p.6). O avanço tecnológico veio para facilitar o acesso a este valor e torna-se uma grande ferramenta para os surdos que se interessam pelo estudo universitário, uma ferramenta maior de interação entre ele, professor e colegas. Arcoverde (2006) reconhece o uso das novas tecnologias para uma nova modalidade de interação social:

O crescimento vertiginoso das tecnologias digitais conquista, a cada dia, mais usuários. As tecnologias digitais são potencializadas para a instauração de interações sociais cada vez mais amplas e permitem por meio das ferramentas de comunicação mediada por computador (e-mail, chat, lista de discussão), uma multiplicidade de dinâmicas linguístico-discursivas que possibilitam o uso da linguagem (ARCOVERDE, 2006, pág.252).

O papel da tecnologia na educação talvez não seja tão óbvio. Na sociedade da informação, ensinar e aprender exigem hoje muito mais flexibilidade de espaço-temporal, pessoal e comunicativa. Tal consideração vai ao encontro das ideias de Lévy (1999) o qual questiona como manter as práticas pedagógicas atualizadas com os novos processos de mediação do conhecimento, uma vez que não se trata apenas em utilizar as tecnologias existentes, mas também de acompanhar, de forma consciente, uma mudança de civilização capaz de questionar as formas institucionais e a cultura dos sistemas educativos tradicionais.

No que se refere às Tecnologias da Informação e Comunicação em relação à surdez, o intuito da acessibilidade é amenizar as dificuldades presentes no processo de comunicação entre surdos e ouvintes, de modo a favorecer o acesso à informação de qualidade. A acessibilidade pode ser obtida por meio da combinação das várias formas que a informação, através de um sistema automático de transcrição de mídias, com o uso de ajudas técnicas que maximizam as habilidades dos usuários que possuem limitações associadas a deficiências.

Ideias erradas sobre a surdez e a comunicação foram mantidas por muito tempo e fizeram com que os surdos fossem construindo seu autoconceito. Os surdos, instaurados nas e pelas relações dialógicas com o discurso da maioria dominante, encaravam-se como doentes e, como tal, deficientes e incapazes. Adotavam, assim, a compreensão de um discurso social-ideológico dominante e acabavam representando-se pelo modo como eram vistos através dos outros. Como salientado por Arcoverde (2006), essa realidade está se alterando:

Felizmente, a história dos homens é um contínuo social e dinâmico e, nesse movimento, podemos observar, nos tempos atuais, um olhar diferente para os surdos e para todas as questões que dizem respeito ao seu desenvolvimento.

Desde o advento da informatização, as tecnologias vêm melhorando o sistema pedagógico, propiciando pesquisas, facilitando a aquisição de informações e propiciando discussões sobre conteúdos das mais diversas naturezas. Os vários softwares têm integrado surd@s⁸ no meio educacional. Programas como o *Word* e *PowerPoint* auxiliam o deficiente auditivo quando há necessidade de apresentar um texto escrito na língua portuguesa e/ou fazer um apresentação de *slides* com o auxílio do intérprete. Também há aplicativos como o HagáQuê (história em quadrinhos eletrônica), software educacional desenvolvido pelo Instituto de Computação da UNICAMP⁹ que, conforme Corradi (2007, p. 18), propicia momentos com produção textual em LIBRAS, já na fase de alfabetização e também com adolescentes, aguçando a criatividade para melhoria da linguagem, e uma visão crítica da função social da escrita.

Já na fase adolescente, o uso da internet passa também a ter uma importância social podendo ampliar a rede de amigos dos surdos que, muitas vezes, compartilham a deficiência auditiva. De acordo com Corradi (2007), esta procura de novas amizades vem da necessidade de:

[...] ampliação de seus laços afetivos, troca de informações sobre as comunidades surdas, diversões, mercado de trabalho, jogos, atores e programas de televisão entre outras. [...] criação de e-mails particulares para manutenção de contatos on-line constantes. (CORRADI, 2007, p.18)

⁸ O recurso “@”, neste contexto, representa tanto o gênero masculino quanto feminino.

⁹ Software livre disponível pelo site < http://www.nied.unicamp.br/downloads/hq_install.exe >

Assim, as pesquisas tecnológicas voltadas para a comunicação do público surdo infantil e adolescente são de extrema relevância a fim de que a tão aclamada inclusão social seja uma realidade. Para tanto, é preciso, sobretudo, interesse do poder público em ampliar os investimentos nessa área do conhecimento.

5.1 Tecnologias assistivas em implantação

Ao analisar as tecnologias que hoje estão em voga, constatamos que muitas delas contribuem para a inserção do surdo na sociedade. Várias empresas particulares e públicas, nacionais e internacionais, têm investido nesta área, entre elas, Brava Autonomia, com o Audlibras e o Nambiquara, Microsoft que usa Kinect para interpretar a linguagem de sinais de surdos. Esses aplicativos e equipamentos corroboram o “Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite”, lançado pelo Governo Federal por meio do decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Sobre a inclusão digital de PNEs, Melo (2006) afirma que:

Tecnologias assistivas são recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiência. Procuram aumentar capacidades funcionais e assim promover a autonomia e a independência de quem as utiliza (2006, pág.62).

A T.A. vem ao encontro do momento vivido no mundo, que é a inclusão das pessoas com necessidades especiais, e o Brasil está inserido nesse momento histórico. O Audlibras, por exemplo, que está sendo desenvolvido pela Brava Autonomia será de grande valia para a interação entre surdos e ouvintes, tanto no dia a dia, quanto no que diz respeito a interação do discente e docente dentro do âmbito escolar.

A Brava Autonomia apresenta duas tecnologias que pretende facilitar a vida educacional de pessoas com deficiência auditiva e visual. Ela desenvolveu e está aprimorando os sistemas AudLibras e o Nambiquara. O AudLibras resolve apenas uma via dessa comunicação, a do ouvinte, uma vez que a tradução é do Português para Libras. Essa solução, por enquanto, não suporta um alto volume de tradução que simule uma conversa em tempo real em sala de aula, por exemplo. Porém, irá ajudar muito ao professor em passar curtas mensagens ao aluno surdo. Além disso, será uma excelente ferramenta para o aluno surdo consultar conteúdos em

português e traduzir para sua língua principal, quando este tiver alguma dúvida sobre um tema ou mesmo significado de palavras (Depoimento Braga, 2014).

O Nambiquara é uma solução mais adequada para proporcionar uma interação entre um surdo e um ouvinte. Porém, há uma limitação por parte dos surdos, pois estes precisam ter uma comunicação escrita do português razoável, característica que não é muito comum entre os deficientes auditivos. Por enquanto, o Nambiquara não é recomendado para ser utilizado em sala de aula, uma vez que é necessário um espaço de tempo para que o surdo digite sua mensagem a ser transformada em áudio para o ouvinte e vice-versa. Mas, já é uma ferramenta em fase de teste no Pernambuco com 3.000 aparelhos smartphones doados pelo Estado e também disponibilizado o sistema para uma versão web, a qual pode ser acessada de qualquer navegador de computador e ter todas as funções se não houver a disponibilidade do aparelho com Android (BRAGA, 2014).

6. INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

É cada vez maior o número de estudantes surdos que ingressam no Ensino Superior no Brasil. Segundo dados do Ministério da Educação, em 2003, apenas 665 surdos frequentavam a universidade, em 2005, esse número aumentou para 2.428, entre instituições públicas e privadas (Brasil, 2006).

A presença de estudantes surdos em contextos universitários é recente e decorre de diversos fatores, entre os quais, o reconhecimento, a partir de meados da década de 1990, do status de língua para a língua de sinais; o desenvolvimento de propostas de educação bilíngue de qualidade para surdos; e um momento histórico no qual políticas públicas de inclusão vêm aos poucos aumentando o acesso e a participação ativa de pessoas com necessidades especiais em diferentes contextos sociais.

Mas, em se tratando do ingresso e permanência do deficiente não apenas na Educação Superior, mas também na Educação Infantil e Educação Básica, as dificuldades enfrentadas pelas alunas surdas podem ser exemplificadas no relato da aluna Jhéssycka Nattasha, deficiente auditiva integrante do grupo que desenvolveu essa pesquisa:

Quando iniciei a vida escolar, me sentia muito limitada, pois era apenas uma surda no meio de tantos ouvintes, além de ser a única nesta condição.

Apesar de todas as dificuldades de comunicação, eu contava com o suporte de uma profissional intérprete que contextualizava as práticas pedagógicas tornando-as acessíveis. É importante lembrar que nunca tive problemas com relacionamentos, o que mais dificultava o processo, era a comunicação. Três pessoas marcaram esse período, amigos que iniciaram a Libras com motivação e contentamento compreendendo minhas necessidades básicas de comunicação, os outros alunos só se comunicavam com oi, bom dia, cumprimentos básicos. **Tenho surdez e isso não vai mudar, o que muda é a forma como me relaciono com essa perda**¹⁰ (JHÉSSYCKA NATTASHA, 2014).

Percebe-se, no relato, que a aluna se considera capaz de aprender, mas reconhece as limitações comunicativas e a necessidade de um intérprete para viabilizar a assimilação de conteúdos apresentados por docentes ouvintes. Os equipamentos de tecnologia assistiva, como os mencionados na seção 5.1, facilitariam sobremaneira a interação professor-aluno, que poderia ocorrer de forma direta, sem a mediação do intérprete.

Isso comprova a necessidade de uma T.A. que otimize a comunicação entre surdos e ouvintes no contexto acadêmico. Desse modo, os deficientes auditivos, assistidos pela tecnologia e apoiados pelos ouvintes seriam favorecidos no processo de inclusão social tanto em âmbito educacional quanto profissional.

6.1 Estudo de Caso: Interação entre surdos e ouvintes na turma de docência universitária da Instituição de Ensino Superior pesquisada.

Para analisar as dificuldades de interação entre surdos e ouvintes no ambiente acadêmico, realizou-se um estudo de caso na Instituição de Ensino Superior com a turma Especialização em Docência Universitária. Em um universo de 50 alunos, 26 ouvintes, que conviveram com três alunos deficientes auditivos, também matriculados no curso mencionado, durante um ano, participaram dessa pesquisa.

Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário, constante no apêndice, aos informantes envolvidos. Também constam no apêndice os gráficos elaborados a partir dos resultados obtidos. Fundamentou-se a análise apresentada nos resultados de maior expressão numérica, demonstrando o pensamento da maioria. A seguir, apresentam-se as 10 questões objetivas feitas aos entrevistados, seguidas da resposta preferida pela maioria dos participantes, bem como das análises quantitativa e qualitativa desses resultados:

¹⁰ Grifo nosso, salientando o pensamento alegre e otimista da entrevistada.

Questão 01: Como é a sua relação educacional ou convivência na escola ou na faculdade com os surdos?

Resposta de maior pontuação:

d) Convivo com eles na sala de aula, mas dependo do intérprete para me ajudar na comunicação. (43,31%)

Os resultados obtidos a partir da questão 01, conforme apresentado no gráfico 01, confirmam a necessidade do intérprete para viabilizar a efetiva interação entre os discentes acadêmicos. Nesse contexto, a presença desse profissional torna-se necessária tendo em vista que ele é a ligação entre surdos e ouvintes nos ambientes escolares. Acerca da função do intérprete em sala de aula, Quadros (2004, p.27) considera que esse profissional:

[...] processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos.

O intérprete não é somente um gesticulador, ele é o ouvir do surdo, tornando acessível o conhecimento de forma ágil e inteligível, haja vista a complexidade da comunicação em LIBRAS.

Questão 02: Você sabe ou conhece a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais?

Resposta de maior pontuação:

b) Não sei, nunca tentei, mas tenho interesse em conhecer. (61,54%)

Os resultados obtidos a partir da questão 02, conforme apresentado no gráfico 02, demonstra que o interesse de interação com os surdos por parte de muitos alunos ouvintes. Esse desejar traz a necessidade de aprender a LIBRAS que é a língua materna dos alunos com deficiência auditiva. Assim esta análise vem corroborar as palavras de Zanette (2010):

Ao refletir sobre a importância das Libras na vida das pessoas surdas, pode-se perceber que a utilização da Língua Brasileira de Sinais é um meio de garantir a preservação da identidade surda, bem como contribui

para a valorização e reconhecimento da cultura surda que, por tanto tempo, foi o alvo da hegemonia da cultura ouvinte.

O reconhecimento da LIBRAS como língua foi de grande importância para a cultura surda. Assim como as diversas línguas naturais e humanas existentes, ela é composta por níveis linguísticos como o fonológico, o morfológico e o sintático. Indubitavelmente, a Educação Superior brasileira foi bastante beneficiada com a criação do curso de graduação Letras LIBRAS, bem como de diversos outros cursos de LIBRAS em âmbito não acadêmico.

Questão 03: Você tem alguém da família com a deficiência?

Resposta de maior pontuação:

d) Não tenho. (69,23%)

Os resultados obtidos a partir da questão 03, conforme apresentado no gráfico 03, demonstra que a maioria das famílias não tem um deficiente junto ao seu convívio diário. Esta falta de contato com o deficiente físico gera uma dificuldade de interação entre discentes deficientes e não deficientes em sala de aula. Este choque de línguas pode ser amenizado mediante a parceria entre escola e família como é salientado por Mainieri (2012, p. 84-85):

O ingresso do aluno no processo de escolarização deverá ocorrer juntamente com a família, uma vez que o processo da criança se completa na parceria escola e família. Para a criança surda, além dessa atenção, a escola deverá orientar a família sobre as melhores possibilidades de atendimento ofertadas, apresentando as diferentes metodologias de trabalho para que os pais possam ter ciência do processo e com esse conhecimento fazer as melhores escolhas.

A criança surda que passa a conviver com as crianças ouvintes, dentro da escola, tem uma facilidade maior de relacionamento no dia a dia. Já para o discente não surdo, passa ser uma mudança de paradigma já que, na maioria das vezes, este primeiro contato se dá na escola por não ter um contato prévio com a deficiência em seu meio familiar.

Questão 04: Os alunos surdos devem estudar junto aos alunos ouvintes no ensino regular ou devem estudar em escolas especiais para alunos surdos?

Resposta de maior pontuação:

a) Sim, devem estudar juntos na mesma sala do ensino regular e com intérprete de LIBRAS. (92,31%)

Os resultados obtidos a partir da questão 04, conforme apresentado no gráfico 04, demonstram mudanças de cosmovisão social. Esta é uma das necessidades propostas na Declaração de Salamanca (1994): a integração do aluno surdo na educação regular. Essa política visa a combater, de forma eficaz, atitudes discriminatórias nos ambientes escolares. Mas Tenor (2008, p. 11) reconhece que a efetivação desse projeto requer ações em que o governo, os profissionais da educação, os familiares e discentes não surdos atuem em parceria:

Porém, percebemos que, apesar das políticas educacionais atuais advogarem a inclusão escolar dos alunos portadores de necessidades especiais, sua implementação e operacionalização têm sido difíceis para o aluno surdo. [...] Tal situação tem gerado problemas na implementação da educação inclusiva dos surdos, pois, sem terem se apropriado da língua oral, língua de sinais ou escrita, o trabalho dos professores fica limitado, comprometendo assim o processo de ensino-aprendizagem.

A responsabilidade desta integração passa a ser de toda a sociedade, não podendo deixar a cargo somente do governo; pois, desde a detecção da deficiência auditiva, a família deve já providenciar o ensino especializado para essa criança. Este comprometimento, desde a mais tenra idade, facilitará a aprendizagem escolar do deficiente auditivo.

Questão 05: Você tem conhecimento da Cultura Surda?

Resposta de maior pontuação:

c) Tenho vontade de conhecer e interagir a Cultura Surda. (53,85%)

Os resultados obtidos a partir da questão 05, conforme apresentado no gráfico 05, demonstram a necessidade de interação entre o discente ouvinte e o não ouvinte. Quadros (2004, p.10) explana que a cultura surda é um marcador de um grupo o qual deseja garantir o seu espaço cultural e social:

A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes.

Essa aculturação é gerada à medida que a convivência cotidiana, o interesse de comunicação sai do âmbito sonoro para o visual para que se haja a comunicação efetiva. Está é uma necessidade humana, a de interação, e o adaptar do meio é de extrema importância. A evolução do comunicar é um processo contínuo, e a educação, nesse contexto, passa por mudanças a fim de propiciar ao surdo e ao ouvinte um espaço social e cultural em que se reconhece a multiplicidade comunicativa humana.

Questão 06: Como você procederia em se tratando de trabalho em grupo?

Resposta de maior pontuação:

b) Tento fazer o trabalho para que eles se sintam parte do grupo. (50%)

Os resultados obtidos a partir da questão 06, conforme apresentado no gráfico 06, demonstram que já existe uma visão inclusiva na Educação Superior. Ainda não abrange a totalidade esperada, mas atingiu a metade de um grupo bem miscigenado culturalmente. Balieiro (2008, p.76) ratifica esse pensamento:

[...]o caminho para a inclusão é de mão-dupla e que todas as pessoas (surdas e não surdas) devem estar mobilizadas para viver uma e numa sociedade inclusiva. De fato, a educação inclusiva tem sido considerada uma ferramenta importante e necessária para a construção de uma sociedade inclusiva.

Esse interagir das pessoas, essa “mão-dupla” faz com que o conhecimento interpessoal seja ampliado, já que a premissa de ensinar é também de aprender.

Questão 07: Como você acha que deve ser trabalhado o tema inclusão de alunos surdos em uma sala de ensino regular e com os alunos ouvintes?

Resposta de maior pontuação:

b) A presença permanente de um intérprete na escola. (50%)

Os resultados obtidos a partir da questão 07, conforme apresentado no gráfico 07, apresenta a necessidade de um profissional para se fazer a ligação entre surdos, professores e não surdos. Além da necessidade do intérprete em turmas regulares em que o surdo convive com ouvintes, Balieiro (2008, p.73) reconhece a importância de escolas para surdos em que podem aprender LIBRAS. Mas se não houver uma instituição dessa natureza na comunidade, podem-se criar “classes de surdos” nas escolas regulares:

Casos em que não há possibilidade de se contar com uma escola para surdos, deve-se promover uma inclusão cuidadosa, ou seja, incluir classes de surdos em escolas regulares, que contem com profissionais ouvintes especializados, fluentes em Língua de Sinais, [...] que garantam que esse processo, bem como o acesso à Língua Portuguesa na modalidade escrita, tendo a Língua de Sinais como primeira língua. Neste momento, o aluno surdo poderá ser incluído em classe regular, acompanhado de intérprete.

Para resolver o problema específico, teremos que ter uma visão holística sobre o problema maior, que é a falta desse profissional dentro das escolas públicas. Já na educação privada, o acompanhamento do aluno surdo pelo intérprete é mais frequente, propiciando assim uma melhor interação entre surdo e ouvintes.

Questão 08: Em sua visão, que diferença você vê entre alunos surdos e ouvintes?

Resposta de maior pontuação:

d) O esforço para se ter uma comunicação com o grupo. (34,62%)

Os resultados obtidos a partir da questão 08, conforme apresentado no gráfico 08, demonstram o esforço do surdo, maior que o do ouvinte, para conseguir se integrar ao grupo, meio social, ao qual se encontra inserido. Santana e Bergamo (2005, p. 566) enfatizam que a própria sociedade produz esta separação com as normas que ditam nossa vida social, nos modos de falar, vestir e atuar no mundo causando assim um:

[...] esforço unilateral (dos surdos) para interagir com os ouvintes, e estes, por não se esforçarem, por discriminarem os surdos, acabam dando visibilidade a essa segregação e permitindo a “constituição” de um grupo diferente que acredita ter também uma cultura diferente.

Os surdos foram, historicamente, marcados como inferiores socialmente. Desta forma, o esforço maior para interação demonstra o medo da exclusão profissional e social fazendo com que o surdo se supere, buscando sua integração no meio social onde vive, na medida em que rompe todo comportamento humano que está imbricado na cultura que constrói, propaga, veicula e enraíza o preconceito e a discriminação humana.

Questão 09: No ambiente da educação superior, o que é necessário para que os surdos possam ter mais oportunidades?

Resposta de maior pontuação:

d) Todos os anteriores. (65,38%)

Os resultados obtidos a partir da questão 09, conforme apresentado no gráfico 09, demonstram a necessidade de se ter um meio interativo para o aluno surdo. Como exemplos de ambientes virtuais comunicativos, citam-se as redes sociais. Partindo do pressuposto de que a tecnologia permite novos olhares da comunicação, Arcoverde (2006, p. 256) ressalta que:

A escrita, através da Internet, possibilita ao surdo escrever o português e pensar em português, fazendo uso social da linguagem escrita incorporada a uma necessidade discursiva. Nesse caso, podemos verificar que os surdos, quando vivenciam essa experiência, podem penetrar numa situação concreta de enunciação e usar a linguagem escrita em língua portuguesa para interagir com os outros. Mediante essa nova situação de produção, é possível abrir um espaço propiciador de interações e permitir que as enunciações aconteçam engendradas pela necessidade efetiva de uso da linguagem escrita. Devemos, para tanto, possibilitar, no contexto digital, condições para que vozes/enunciados se entrecruzem na configuração de um espaço onde os surdos e a palavra escrita em língua portuguesa possam se encontrar, tendo em vista que, se ao conhecimento subjaz um diálogo ativo e responsivo, sem a palavra não pode haver conhecimento.

No Brasil, 9,7 milhões de cidadãos, cerca de 5,1% da população, declaram-se deficientes auditivos¹¹. São pessoas que enfrentam diariamente a barreira da linguagem, que têm dificuldade de se colocar no mercado de trabalho, nas universidades e até de se comunicar com amigos e familiares. Contudo, este cenário está sendo aos poucos transformado através da tecnologia. Já existem diversas alternativas que buscam integrar estas pessoas à sociedade como os aplicativos de tradução português-libras e libras-português apresentados.

Questão 10: Cite uma vantagem da inclusão, do aluno surdo, para os alunos(as) ouvintes.

Resposta de maior pontuação:

c) Ter outra visão em relação ao desenvolvimento humano e social. (50%)

Os resultados obtidos a partir da questão 10, conforme apresentado no gráfico 10, apresentam a necessidade de se ter o “diferente” no cerne do seu convívio social, para se ter uma nova visão da sociedade. Vygotsky (1996) reconhece a importância do intercâmbio das diferenças no processo de

¹¹ Censo 2010 do IBGE Disponível em:< <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html> > Acesso em: 01/02/2015.

aprendizagem. Assim, ocupa-se do processo de adaptação do corpo ao ambiente, ambos em transformação:

Para estudar o desenvolvimento na pessoa, devemos começar com a compreensão da unidade dialética das duas linhas principais e distintas (a biológica e a cultural). Para estudar adequadamente esse processo, então, o investigador deve estudar ambos os componentes e as leis que governam seu entrelaçamento em cada estágio do desenvolvimento da pessoa.(VYGOTSKY, 1996, p. 81)

A questão central é a aquisição de conhecimentos pela adaptação do sujeito com o meio. Para Vygotsky (1996), o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de trocas com o meio, a partir de um processo denominado mediação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasil, um país de todos. Nesse slogan do Governo Federal Brasileiro, em vigor de 2002 a 2011, romanticamente, sugere-se, por meio do pronome “todos”, uma igualdade de direitos sociais, independente da cor, religião, poder aquisitivo ou qualquer outro critério que permita aceção de pessoas. Contudo, em se tratando da inclusão social do surdo na sociedade brasileira, muito ainda há de ser feito, tanto em nível de conscientização, quanto de legislação. Para se incluir, efetivamente, a pessoa com deficiência auditiva são necessárias otimizações nas políticas públicas de ingresso e permanência tanto no trabalho, quanto na escola.

Em relação ao trabalho remunerado da pessoa com deficiência, prevê-se, em forma de lei, um quantitativo obrigatório de contratação. Vigoram também “cotas” para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) reservadas para inscrição em vestibulares e concursos em geral. Entretanto, muitos insistem em descumprir a Constituição Federal em vigor onde se lê que “a educação é direito de todos e dever do Estado”. Um caso de tentativa de descumprimento da lei foi o da estudante M.P.G., portadora de deficiência auditiva, que precisou impetrar mandado de segurança contra a Universidade Federal do Sergipe, em 2012, para concorrer, como cotista, a uma vaga no curso de Medicina. (cf. F5 News – Sergipe atualizado)

No tocante à presença do surdo no Ensino Superior, por exemplo, é obrigatória a disponibilização de um intérprete, tanto em Instituições de Ensino Superior públicas, quanto privadas. Porém, não existe um programa de popularização da língua libras, que poderia ocorrer, por exemplo, por meio do ensino desse código na Educação Básica, de modo que, não apenas surdos, mas também ouvintes poderiam adquirir a competência necessária para se comunicarem mutuamente.

Por isso, a interação do discente surdo na Educação Superior ainda é ineficiente. Mesmo com a presença de um intérprete ou o uso de aplicativos de tradução português-libras ou libras-português, a comunicação do surdo, muitas vezes, “invisível” a professores e colegas, restringe-se a ressignificações fragmentadas do intérprete, conhecedor da Língua Brasileira de Sinais, que assiste às aulas com o deficiente auditivo. Desse modo, considera-se que a inclusão social do surdo, sobretudo na Educação Superior, foco de investigação nesse artigo, exige

principalmente a superação das “deficiências” do ouvinte, que desconhece libras e, por isso, não interage com surdos.

Os resultados obtidos a partir de questionário a ouvintes permite a cogitação de alguns fatores preponderantes para o isolamento do surdo na Educação Superior, não obstante o direito de inclusão social. Os 26 entrevistados, que conviveram com três deficientes auditivos em curso de especialização *lato sensu* durante 12 meses, corroboram a inserção do surdo no Ensino Regular, porém reconhecem que as próprias limitações em relação ao uso da Língua Brasileira de Sinais dificultam a interação com pessoas deficientes auditivas. Além disso, a não presença de um surdo na família ou círculo de amizades também distancia a maioria dos ouvintes dessa causa social.

Em trabalhos futuros, podem-se aprofundar essas reflexões acerca dos fatores que dificultam a efetiva inclusão social do surdo no Ensino Superior. Especificamente, em relação à aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais por ouvintes, muitos questionamentos podem ser feitos: Onde? Quando? Com quem? Como? Acerca da popularização da língua libras, a presença de um usuário desse código em órgãos públicos, entre eles, bancos, correios, prefeituras, bem como a tradução português-libras na televisão é obrigatória por lei? Essas são apenas algumas possíveis perguntas de pesquisa que podem fundamentar outras investigações úteis para o deficiente auditivo.

Assim, a inclusão da pessoa com deficiência auditiva, não apenas na Educação Superior, mas na sociedade em geral, depende de se fazer valer a igualdade de direitos, prevista por lei, a todos os cidadãos brasileiros. Outrossim, devemos rever nossos próprios conceitos de “deficiência”. Ela está no outro ou em nós mesmos que insistimos em padronizar as pessoas a partir de nossos próprios valores, ainda arraigados no etnocentrismo, visão de origem europeia por meio da qual selecionavam-se pessoas conforme sua pretensa superioridade física, intelectual e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRALIAN, M. L. T. et al. **Conceituando Deficiência**. In: **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, vol. 34 n. 1, 2000. p. 97-103. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102000000100017&lng=en&nrm=iso > acesso em 13nov 2014

ARCOVERDE, Rossana D. Lima. As tecnologias digitais: novo espaço interativo na produção escrita dos surdos. In: Lacerda, Cristina Broglia Feitosa de; Silva, Daniele Nunes Henrique (apresentação). **Educação, Surdo e Inclusão Social**. UNICAMP, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 251-267, maio/ago. 2006.

BALIEIRO, Clay Rienzo *et al.* A inclusão de surdos: uma discussão em dois tempos, In: SOUZA, A. M.; NASCIMENTO, M.; S. DAHER. (Coord.). **Caminhos da Inclusão**. Goiânia: Kelps, 2008, 182p.

BRAGA, Bruno. **Projetos do AudLibras e Nambiquara**. Anápolis, Skype teleconferência, 03 jun. 2014. Entrevista dada a Elon Ferreira da Silva

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]**. – 8. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm > acesso em 13 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Evolução da educação especial no Brasil. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf> >. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais: vol 5 e 6**. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais: vol 5 e 6**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

CHICON, José Francisco; SOARES, Jane Alves. **Compreendendo os Conceitos de Integração e Inclusão**. Disponível em: < <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acesibilidade-e-inclusao/textos/compreendendo-os-conceitos-de-integracao-e-inclusao/> > acesso 13 nov. 2014.

CONCEITO DE DEFICIENTE. Disponível em < http://www.docstoc.com/docs/60203897/Conceito-de-Deficiente_1388 > acesso em: 28 mai. 2014.

CORRADI, Juliane Adne Mesa. **Ambientes informacionais digitais e usuários surdos: questões de acessibilidade**. Marília, 2007 (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

DECLARAÇÃO de Salamanca. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: Acesso e Qualidade.** Salamanca, Espanha, 1994.

F5 NEWS-SERGIPE ATUALIZADO. **Estudante ganha na justiça direito de se matricular em Medicina.** Disponível em: < <http://www.f5news.com.br/noticia.asp?Contld=2132> > Acesso em: 10 mar. 2015.

FRANCO, Jhéssycka N. O. **Depoimento de vida.** Anápolis, Faculdade Católica de Anápolis, 11 dez.2014. Entrevista a Elon Ferreira da Silva

GOULART Fabio. **INCLUSÃO SOCIAL DE VERDADE** < <http://www.filosofiahoje.com/2014/01/inclusao-social-de-verdade.html> > acesso 04/06/2014 - 16h

IBM. **Evolução. O grande produto da IBM.** Revista Veja, São Paulo. V. 01. n. **edição 595.** p. 6. 30 de janeiro de 1980.

LÉVY, P. **Cybercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em: < http://www.dgz.org.br/fev14/Art_06.htm#R1 > acesso em: 12/12/2014 - 23h

MAINIERI, Cláudia Mara Padilha. O surdo e suas relações sociais. In: _____ **Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos Surdos: Cognitivo, Afetivo e Social.** Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Sílvia C. de Matos. Tecnologias Assistivas. In: PUPO. Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (org.) **Acessibilidade: Discurso e Prática no Cotidiano das Bibliotecas.** São Paulo: Unicamp, 2006

MOURA, M.C. **O surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PRIETCH, S. S. . **O Uso das TIC em prol de uma Educação de Surdos Pautada nos Preceitos do Design Universal: Um Relato de Pesquisas.** In: Seminário de Educação 2013, 2013, Cuiabá/MT. Anais do Seminário de Educação 2013. Cuiabá/MT: UFMT, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de . **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** 2. ed. Brasília: MEC - Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, 2004. v. 1. 94p .

REVISTA Saúde Pública 2000; p. 98 Tabela - Distinção semântica entre os conceitos < <http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/24988/26816> > acesso 15/09/2014 - 21h

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: Encruzilhada de lutas sociais e teóricas. In: DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda (apresentação). **EDUCAÇÃO & SOCIEDADE.** Dossiê, Sociologia da infância: pesquisas com crianças, UNICAMP, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

TENOR, A. C. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular na perspectiva de professores da rede municipal de ensino de Botucatu**. 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC, São Paulo, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

ZANETTE, Fernanda. **A importância de Libras na comunicação com pessoas surdas, 2010**. Disponível em <http://librasverisfaculdades.blogspot.com.br/2010/07/importancia-de-libras-na-comunicacao.html>. Acessado em 06/01/2015.

SUMMARY: Inclusion is a process that expands in Brazilian education, but it is a reality not yet been reached, under the Higher Education is very short. In this sense, this study investigated the challenges faced in the academic environment for students with severe hearing loss, such as the difficulty of finding effective professionals with knowledge of LBS, and little investment in Assistive Technology (AT). To this end, questionnaires were administered in a class of University Teaching of the Catholic Faculty of Annapolis that had three deaf students in order to also identify the perception of students said "normal" possessed of inclusive education.

Keywords: Deaf at the University; Assistive technology; Interpreter POUNDS; Digital Inclusion; The teacher and the Deaf.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário apresentado aos alunos da Universidade Católica de Anápolis.

Faculdade Católica de Anápolis
Docência Universitária – Turma XII
Acadêmico(a): _____

Questionário

- 1. Como é a sua relação educacional ou convivência na escola ou na faculdade com os surdos?**
 - a) () Convivo com eles na sala de aula, mas não sei comunicar com eles.
 - b) () Convivo com eles na sala de aula, mas falo em gestos e oral.
 - c) () Convivo com eles na sala de aula, sei comunicar um pouco em LIBRAS.
 - d) () Convivo com eles na sala de aula, mas dependo do intérprete para me ajudar na comunicação.

- 2. Você sabe ou conhece a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais?**
 - a) () Sim conheço e sei falar em LIBRAS
 - b) () Não sei, nunca tentei, mas tenho interesse em conhecer.
 - c) () Já tentei aprender, mas não consegui.
 - d) () Nunca pensei em aprender

- 3. Você tem alguém da família com a deficiência?**
 - a) () Visual
 - b) () Física
 - c) () Auditiva
 - d) () Não tenho

- 4. Os alunos surdos devem estudar junto aos alunos ouvintes no ensino regular ou devem estudar em escolas especiais para alunos surdos?**
 - a) () Sim, devem estudar juntos na mesma sala do ensino regular e com interprete de LIBRAS
 - b) () Não, é melhor estudar nas escolas especiais, por terem professores experientes nessa área.

- 5. Você tem conhecimento da Cultura Surda?**
 - a) () Sim tenho, sei a LIBRAS
 - b) () Não tenho nenhum conhecimento
 - c) () Tenho vontade de conhecer e interagir a Cultura Surda

- 6. Como você procederia em se tratando de trabalho em grupo?**
 - a) () Excluo o grupo de inclusão por não conseguir me comunicar
 - b) () Tento fazer o trabalho para que eles se sintam parte do grupo
 - c) () Nunca tentei fazer trabalhos com grupos de surdos
 - d) () Sinto-me excluído por não conseguir me comunicar com eles

- 7. Como você acha que deve ser trabalhado o tema inclusão, de alunos surdos, em uma sala de ensino regular e com os alunos ouvintes?**
- a) () Orientação com os professores e funcionários sobre as mudanças que estão por vir.
 - b) () A presença permanente de um intérprete na escola
 - c) () Não é necessário nenhuma intervenção ou orientação
 - d) () Procurar ajuda no AEE (Atendimento Educacional Especializado)
- 8. Em sua visão, que diferença você vê entre alunos surdos e ouvintes?**
- a) () Mais interesse em aprender
 - b) () Uma grande força de vontade
 - c) () Facilidade em aprender
 - d) () O esforço para se ter uma comunicação com o grupo
- 9. No ambiente da educação superior, o que é necessário para que os surdos possam ter mais oportunidades?**
- a) () Material didático em DVD/vídeo em LIBRAS
 - b) () Disponibilizar os conteúdos das disciplinas, em LIBRAS, no Ambiente Virtual de Ensino.
 - c) () Material didático impresso ou material didático online (ambiente virtual de ensino e aprendizagem)
 - d) () Todos os anteriores.
- 10. Cite uma vantagem da inclusão, do aluno surdo, para os alunos(as) ouvintes ?**
- a) () Despertar o interesse por LIBRAS
 - b) () Proporcionar uma prática bilíngue, a LIBRAS
 - c) () Ter outra visão em relação ao desenvolvimento humano e social
 - d) () Aprender a viver como minoria

OBS.: Concordo em participar, como voluntário, do questionário a mim apresentado. Tenho ciência de que este questionário será preenchido por alunos e professores de nível superior, que convivam alunos(as) surdos(as). A realização deste trabalho visa levantar dados para elucidar o nível de convivência entre estes alunos e professores. Minha participação consistirá preencher o questionário acima. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados somente como dados gráficos. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Anápolis, ____ de dezembro de 2014.

APÊNDICE B – Gráficos da pesquisa.

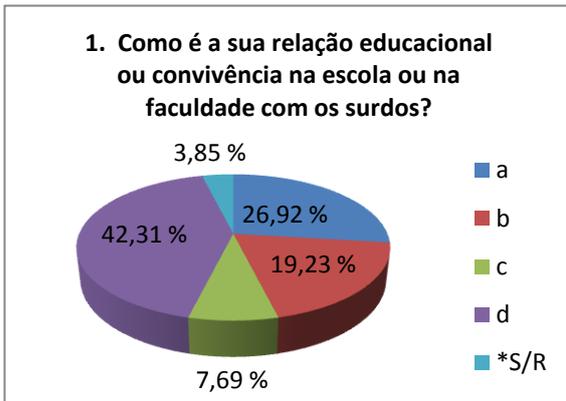


Gráfico 01 – Pergunta de Pesquisa 01
* Sem Resposta (não respondeu a questão) – S/R

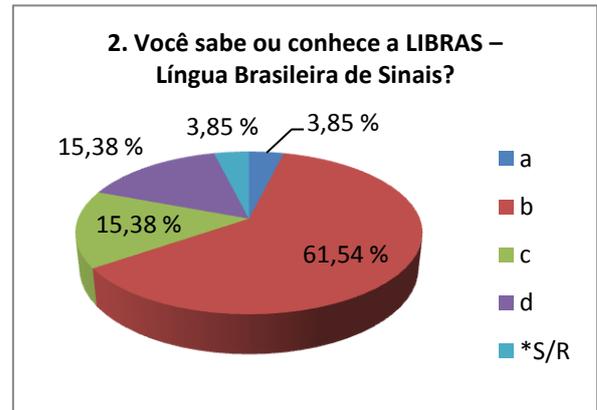


Gráfico 02 – Pergunta de Pesquisa 02
* Sem Resposta (não respondeu a questão) – S/R

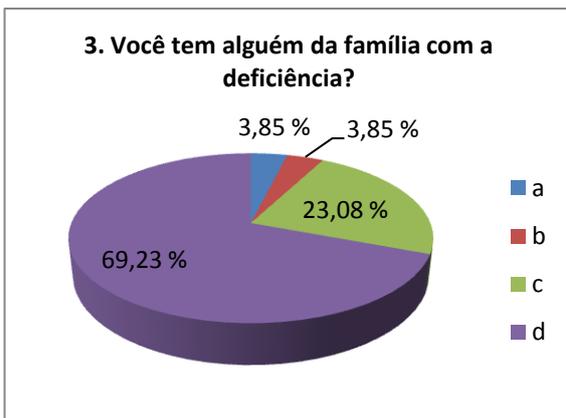


Gráfico 03 – Pergunta de Pesquisa 03

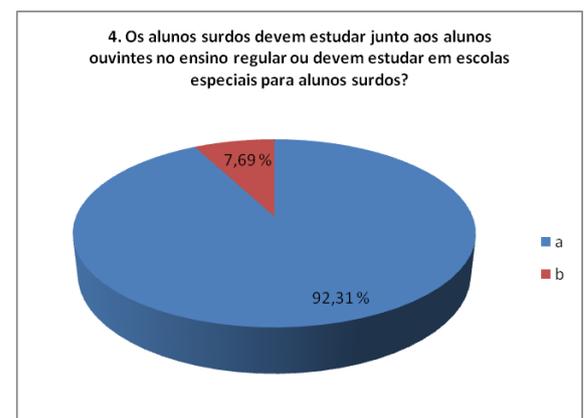


Gráfico 04 – Pergunta de Pesquisa 04

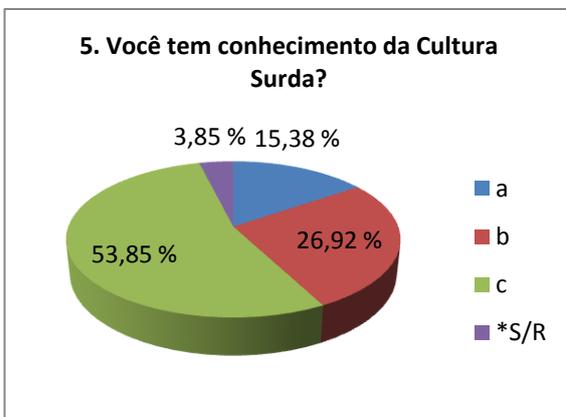


Gráfico 05 – Pergunta de Pesquisa 05
* Sem Resposta (não respondeu a questão) – S/R

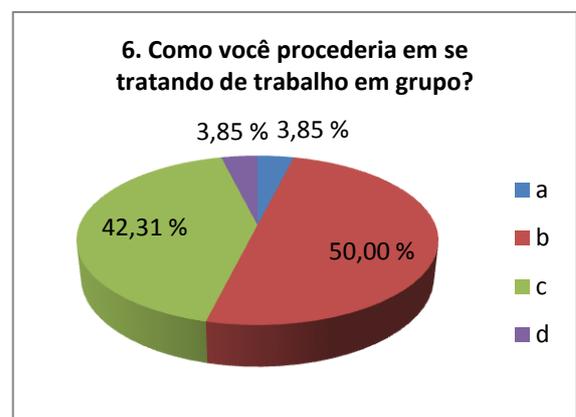


Gráfico 06 – Pergunta de Pesquisa 06

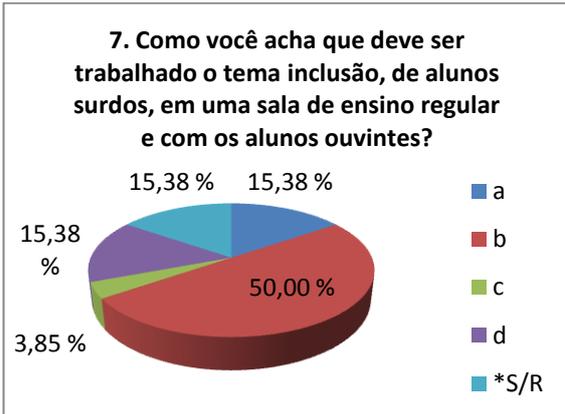


Gráfico 07 – Pergunta de Pesquisa 07
* Sem Resposta (não respondeu a questão) – S/R

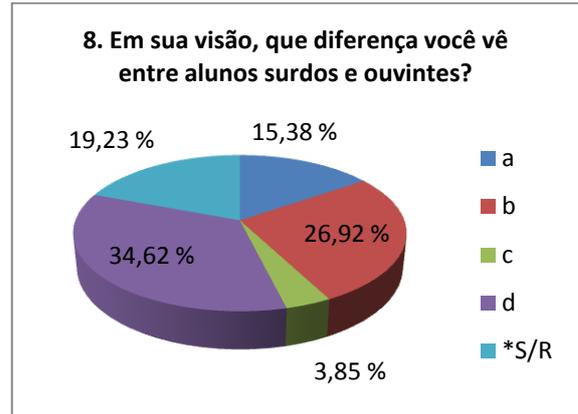


Gráfico 08 – Pergunta de Pesquisa 08
* Sem Resposta (não respondeu a questão) – S/R

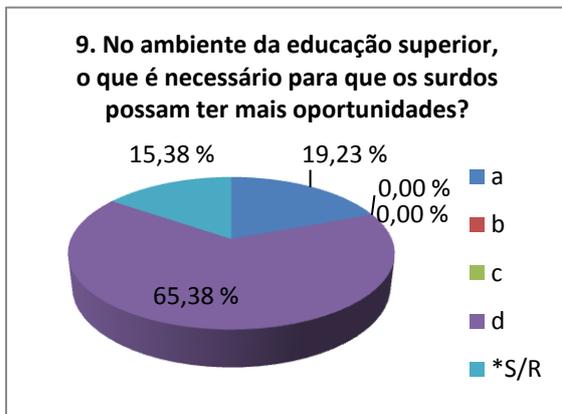


Gráfico 09 – Pergunta de Pesquisa 09
* Sem Resposta (não respondeu a questão) – S/R

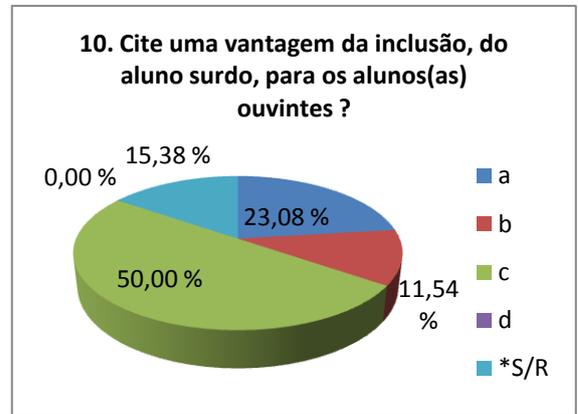


Gráfico 10 – Pergunta de Pesquisa 10
* Sem Resposta (não respondeu a questão) – S/R